Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhões de reais

1 Contexto operacional

A Litel Participações S.A. ("Litel" ou "Companhia") foi constituída em 21 de julho de 1995 e tem por objetivo a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais com sede no Brasil ou no exterior, como sócia cotista ou acionista, quaisquer que sejam os objetos sociais. A Companhia possui participações de forma indireta na Vale S.A. ("Vale"), direta e indireta na Valepar S.A. ("Valepar") e direta na Litela Participações S.A. ("Litela") e na Litela Participações S.A. ("Litelb"). A Litel e as controladas Litela e Litelb, são conjuntamente denominadas Grupo.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Litelb e Litela são sociedades por ações de capital fechado, integralmente controladas pela Companhia, cujo objeto é a participação direta ou indireta no capital da Valepar.

A Valepar é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto, exclusivamente, participar como acionista controlador da Vale S.A., portanto, esta empresa está sujeita aos mesmos riscos nos quais a Vale S.A. incorre.

A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem como atividade preponderante a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferro-ligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos. Além disso, atua nos segmentos de energia e siderurgia.

A Companhia é signatária de instrumento particular de Acordo de Acionistas em conjunto com os demais acionistas da Valepar, o qual regula os respectivos direitos e obrigações decorrentes de sua condição de titulares da totalidade do capital social e, como tal, responsáveis pela eleição dos administradores da Valepar e por sua orientação para o fim de exercer o poder de controle em assembleias gerais e reuniões do Conselho de Administração, bem como o de buscar uma administração compartilhada da Vale.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foi autorizada pela Administração, em 30 de março de 2015.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de apresentação

Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e condolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accouting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhões de reais

2.2 Consolidação

a. Controladas

Entidades controladas são aquelas, nas quais, de forma direta ou indireta a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para obtenção de benefícios de suas atividades, normalmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos de voto (capital votante).

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia refletem os saldos de ativos, passivos e patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, 1º de janeiro de 2013 e as operações da Companhia e de suas controladas diretas Litela e Litelb para aqueles exercícios.

b. Empreendimentos controladas em conjunto e coligadas

Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em controladas em conjunto e coligadas inclui ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de seus empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado. A participação do Grupo nos resultados abrangentes de seus empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado abrangente. A participação do Grupo nas demais movimentações patrimoniais de seus empreendimentos controlados em conjunto e coligadas são reconhecidos de forma reflexa no patrimônio líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma controlada em conjunto e coligada for igual ou superior a sua participação na controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em seu nome.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e seus empreendimentos controlados em conjunto são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas em conjunto e coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação acionária for reduzida, mas for retido o controle conjunto ou a influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em empreendimentos controlados em conjunto, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em função de o ágio (*goodwill*), integrar o valor contábil dos empreendimentos controlados em conjunto, ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é testado como um único ativo, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável, quando haja evidência de que o investimento possa estar deteriorado. Tal evidência pode ser obtida pela existência de uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhões de reais

As participações da Companhia nas suas controladas e na controlada em conjunto são as seguintes:

Controladas	% de participação no capital total
Diretas (consolidadas)	
Litela Participações S.A.	100
Litelb Participações S.A.	100
Em conjunto (avaliadas pelo métodos de equivalência patrimonial) Valepar S.A. (*)	58,06
Indireta em conjunto (avaliadas pelo métodos de equivalência patrimonial) Vale S.A.	19,78

(*) Inclui 52,98% de participação direta e 5,08% de participação indireta pot meio da Litela Participações S.A.

c. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As informações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

Os ajustes de conversão e de instrumentos financeiros reconhecidos no patrimônio líquido das investidas são registrados de maneira reflexa em outros resultados abrangentes no momento do ajuste da equivalência patrimonial.

2.4 Ativos Financeiros

a. Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob a categorias de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

b. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Ações resgatáveis ativas".

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhões de reais

c. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

d. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5 Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata e vencimento original em até três meses.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhões de reais

2.7 Ações resgatáveis ativas

As ações resgatáveis que a Companhia detém são reconhecidas como ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis. O valor é registrado inicialmente ao seu valor justo líquido dos custos de transação. Prospectivamente, a remuneração fixa que é conferida aos seus titulares é reconhecida pelo método de custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.8 Ações resgatáveis passivas

As ações resgatáveis passivas são reconhecidas inicialmente a valor justo. Prospectivamente, os custos financeiros, correspondentes à remuneração fixa, são reconhecidos pelo método de custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As ações resgatáveis são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.9 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.10 Capital social

O capital social, está representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado.

2.11 Demonstração do valor adicionado

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado (DVA), consolidadas e da controladora, de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentadas como parte integrante das informações contábeis conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de informações contábeis.

2.12 Mudança de prática contábil

Os balanços patrimoniais referentes ao exercício findo em 1º de janeiro de 2013 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012) e 31 de dezembro de 2013, , estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro (IAS 8) e CPC 26(R1) – Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), para reconhecer os efeitos reflexos das transações com os acionistas não controladores de sua controlada em conjunto Vale S.A. que até então não eram reconhecidos nestas demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhões de reais

Balanço Patrimonial		01/01/2013	Controladora
	Publicado	Impacto oriundo da mudança de prática contábil	Saldo ajustado
Ativo			
Investimentos	28.161	(732)	27.429
Total do Ativo	31.495	(732)	30.763
Patrimônio Líquido Outros resultados abrangentes Total do Patrimônio Líquido Total do passivo e patrimônio líquido	1.748 27.882 31.495	(732) (732) (732)	1.016 27.150 30.763
Balanço Patrimonial	-	01/01/2013	Consolidado
	Publicado	Impacto oriundo da mudança de prática contábil	Saldo ajustado
Ativo			
Investimentos	28.218	(732)	27.486
Total do ativo	31.508	(732)	30.776
Patrimônio Líquido Outros resultados abrangentes Total do Patrimônio Líquido	1.748 27.882	(732) (732)	1.016 27.150
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	31.508	(732)	30.776

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhões de reais

Balanço Patrimonial		31/12/2013	Controladora
	Publicado	Impacto oriundo da mudança de prática contábil	Saldo ajustado
Ativo			
Investimentos	29.214	(732)	28.482
Total do Ativo	32.263	(732)	31.531
Patrimônio Líquido Outros resultados abrangentes Total do Patrimônio Líquido Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	3.291 28.056 32.263	(732) (732) (732)	2.559 27.324 31.531
Balanço Patrimonial		31/12/2013	Consolidado
	Publicado	Impacto oriundo da mudança de prática contábil	Saldo ajustado
Ativo Investimentos	29.360	(732)	28.628
Total do Ativo	32.275	(732)	31.543
Patrimônio Líquido Outros resultados abrangentes Total do Patrimônio Líquido	3.291 28.056	(732) (732)	2.559 27.324
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	32.275	(732)	31.543

3 Novos pronunciamentos contábeis

Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o período findo em 31 de dezembro de 2014. Adicionalmente, nem todos estes pronunciamentos foram normatizados pelo CPC, mas, considerando o memorando de entendimento entre CPC e IASB espera-se que estes pronunciamentos sejam editados no Brasil. Consequentemente, a Companhia não os adotou para o período findo em 31 de dezembro de 2014:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhões de reais

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros IFRS 7 e IFRS 9 -	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração. Determina a data de aplicação	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. Períodos anuais iniciados
Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição.	em ou após 1º de janeiro de 2015. Períodos anuais iniciados
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	em ou após 1º de janeiro de 2014. Períodos anuais iniciados
Modificações às IFRS 10,12 e IAS 27	Entidade de Investimento	em ou após 1º de janeiro de 2015.

Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não espera que estes pronunciamentos produzam impactos relevantes às suas demonstrações financeiras.

4 Gestão de riscos

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar sua estratégia de crescimento e flexibilidade financeira. Os riscos aos quais a Companhia está exposta decorrem substancialmente, das operações realizadas pela Vale.

A Vale desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com ela (risco de crédito), aqueles inerentes aos processos produtivos (risco operacional) e aqueles oriundos do risco de liquidez.

5 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora	<u>Controladora</u> <u>Consol</u>	
	2014	2013	2014	2013
Aplicações financeiras	38	37	45	50
	38	<u>37</u>	<u>45</u>	50

Está representada substancialmente pelos depósitos bancários à vista e em aplicações em fundos de investimentos de curto prazo, administrados pela BB Administração de Ativos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.(Banco do Brasil) e cuja política de investimento consiste na aplicação de recursos em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados a média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou à taxa Selic.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhões de reais

6 Tributos a recuperar ou compensar

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
IRPJ e CSLL de exercícios anteriores IRRF sobre recebimentos de JCP Antecipações de IRPJ e CSLL	675 192 <u>18</u>	648 193 8	675 194 18	650 201 9
Ativo circulante Ativo não circulante	88 <u>5</u> 139 746	849 163 686	887 141 746	860 171 689

Os tributos a recuperar classificados no ativo circulante correspondem aos montantes estimados a serem compensados até 31 de dezembro de 2015.

7 Investimentos

Investimentos - controladora

Dados das controladas	Litela	Litelb	Valepar	Total
Patrimônio líquido em				
1 de janeiro de 2013	2.684	516	46.004	
31 de dezembro de 2013	2.695	697	47.971	
31 de dezembro de 2014	2.961	962	49.210	
Lucro (prejuízo) líquido em				
31 de dezembro de 2013	(44)	181	(672)	
31 de dezembro de 2014	(30)	266	(400)	
Percentual de participação em				
31 de dezembro de 2013	100	100	52,98	
31 de dezembro de 2014	100	100	52,98	
Quantidade de ações possuídas em				
31 de dezembro de 2013	28.386.271	800	838.308.129	
31 de dezembro de 2014	28.386.271	800	838.308.129	
Saldos dos investimentos em 1º de janeiro de 2013 (reapresentado)	2.625	1	24.803	27.429
	2.525		24.422	27.050
Saldo no início do exercício	2.625	1	24.433	27.059
Equivalência patrimonial	101	-	1.050	1.151
Juros sobre o capital próprio recebidos Ajustes de avaliação patrimonial -	(165)	-	(1.473)	(1.638)
Reflexo das controladas	134	_	1.406	1.540
	2.695	1	25.416	28.112
Ágio sobre investimento			370	370
	2.605		25.706	20, 402
Saldos dos investimentos em 31 de dezembro de 2013 (reapresentado)	2.695	1	25.786	28.482
Saldo no início do exercício	2.695	1	25.416	28.112
Aumento de capital	-	-	820	820
Equivalência patrimonial	(30)	-	(212)	(242)
Juros sobre o capital próprio recebidos	(102)	-	(1.176)	(1.278)
Ajustes de avaliação patrimonial - Reflexo das controladas	117	<u>-</u>	1.224	1.341
	2.680	1	26.073	28.753
	2.000	1	20.073	20.133
Ágio sobre investimento			370	370
Saldos dos investimentos em 31 de dezembro de 2014	2.680	1	26.443	29.123

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhões de reais

Informações sobre os investimentos - controladora

i. Valepar S.A.

O objeto social da Valepar é exclusivamente o de participar como acionista no capital social da Vale, da qual possui 1.716.435 mil ações ordinárias e 20.340 ações preferenciais representativas de 33,70% do capital total e 53,90% do capital votante, sendo 1.265.316 mil ações ordinárias adquiridas em leilão de privatização, 303.272 mil ações ordinárias através de incorporação ao seu capital das ações detidas anteriormente pela Litel e, em julho de 2008, a Valepar adquiriu 168.187 mil ações, sendo 147.847 mil ações ordinárias e 20.340 mil ações preferenciais, através de Oferta Global de Ações da Vale.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social da Valepar é dividido em 1.663.965 mil ações sendo 1.300.906 mil ações ordinárias, 281.281 mil ações preferenciais classe A. A Valepar emitiu ações resgatáveis no total de 17.517 mil ações preferenciais classe B e 64.261 mil ações preferenciais classe C, todas nominativas e sem valor nominal e que são registradas como instrumento de dívida.

O investimento direto da Litel na Valepar corresponde a 838.309 mil ações representativas de 48,79% do capital total da Valepar e 52,98% do capital total excluindo-se as ações resgatáveis.

Adicionalmente, a Litelb Participações S.A. adquiriu em 2008 25.862 mil ações preferenciais resgatáveis da Classe C emitidas pela Valepar S.A.

Em 30 de abril de 2014 a Valepar pagou à Companhia o montante de R\$ 7 referente ao saldo remanescente da deliberação de JCP ocorrida em junho de 2013.

Em 24 de junho de 2014 e em 18 de dezembro de 2014, a Valepar deliberou à Companhia, respectivamente, os montantes de R\$ 673 e de R\$ 503 à título de JCP referente a antecipação do resultado de 2014.

ii. Litela Participações S.A.

O saldo de investimento corresponde a 28.386 mil ações ordinárias representativas de 100% do capital total e votante da Litela, empresa constituída em 30 de janeiro de 2003. O objeto social da Litela é exclusivamente o de participar como acionista no capital social da Valepar, da qual possui 80.417 mil ações preferenciais classe A, representativas de 5,08% do capital total excluindo-se as ações resgatáveis, adquiridas através da compra das ações integrantes do lotes de ações ofertados pela Sweet River Investments, Ltd.

Em 30 de junho de 2014 a Litela deliberou à Companhia R\$ 58.579 à título de JCP referente a distribuição de reserva de lucros a realizar.

iii. Litelb Participações S.A.

Em 3 de julho de 2008, a Litel adquiriu 799 ações da companhia Thera Participações S.A, no valor de R\$ 790,00, representativas de 100% de seu capital social, e na mesma data, em Assembléia Geral Extraordinária alterou a razão social da companhia que passou a ser denominada Litelb Participações S.A. O objeto da Companhia é o de participar como acionista na emissão das ações preferenciais resgatáveis da Classe C da Valepar.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhões de reais

Ações resgatáveis - ativo

Em 10 de julho de 2008, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária da controlada Litelb, a emissão de ações preferenciais resgatáveis Classe A no montante de R\$ 1.500.000 mediante a emissão de 7.772 mil ações nessa forma. A Companhia subscreveu a totalidade destas ações com os recursos aportados pelo acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI com o objetivo de captar recursos para aquisição de ações resgatáveis emitidas pela Valepar pelo mesmo montante acima.

As características das ações preferenciais resgatáveis classe A, emitidas pela Litelb são as seguintes:

- 1 Direito pleno de voto nas assembleias gerais da Controlada Litelb.
- Dividendos fixos cumulativos a serem pagos semestralmente, a partir do ano de 2009, com base em uma taxa pré-fixada de 16% ao ano. O valor a ser recebido em cada semestre será o valor em reais equivalente ao *Parâmetro Pré* (conforme definido abaixo) multiplicado por R\$ 193,00 (cento e noventa e três reais).

Parâmetro $Pré=\{(1+TaxaPré)^{(N/252)}-1\}.$

3 São resgatáveis semestralmente, conforme tabela abaixo, e não serão conversíveis em qualquer outra espécie ou classe de ação de emissão da controlada Litelb.

Data do resgate	Quantidade	Valor
5 de maio de 2015	847.640	164
5 de novembro de 2015	847.640	163
	1.695.280	327
Ativo circulante	_	327

Os recursos aportados na Litelb foram integralmente utilizados na controlada em conjunto Valepar que também emitiu ações preferenciais resgatáveis com direito a dividendo fixo cumulativo. O objetivo final desta operação foi manter o percentual de participação e o controle acionário da Vale pela Valepar.

Em 5 de maio de 2014, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Litelb o resgate parcial de 1.432.632 ações, representativo de R\$ 276 e a distribuição de dividendos fixos das ações preferenciais da Companhia no montante de R\$ 65.

Em 5 de novembro de 2014, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Litelb o resgate parcial de 1.432.632 ações, representativo de R\$ 276 e a distribuição de dividendos fixos das ações preferenciais da Companhia no montante de R\$ 48.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhões de reais

Investimentos - consolidado

i. Valepar S.A.

	2014	2013
Valepar Valepar (participação indireta no investimento da Litela)	26.073 2.501	25.417 2.438
	28.574	27.855
Ágio sobre o investimento da Litel na Valepar Ágio sobre o investimento da Litela na Valepar	370 403	370 403
	<u>773</u>	773
	29.347	28.628

A amortização do ágio teve início em abril de 2001 e o saldo foi amortizado, de forma linear, até 31 de dezembro de 2008. O ágio não está sendo amortizado estando, porém, sujeito ao teste de recuperabilidade (*impairment*).

Ações resgatáveis - ativo

As ações resgatáveis emitidas pela Valepar e aportadas na Litelb correspondem a 5.641 mil (15.176 mil em 31 de dezembro de 2013) ações preferenciais resgatáveis da Classe C adquiridas em julho de 2008. O investimento da Litelb em ações desta classe representam 29,25% do total das ações emitidas pela Valepar.

As características das ações preferenciais resgatáveis da Classe C, são as seguintes:

- Não possuem direito a voto nas assembleias gerais da Valepar, exceto nas hipóteses previstas em Lei.
- Dividendos fixos cumulativos a serem pagos semestralmente, a partir do ano de 2009, com base em uma taxa pré-fixada de 16% ao ano. O valor a ser recebido em cada semestre será o valor em reais equivalente ao *Parâmetro Pré* (conforme definido abaixo) multiplicado por R\$ 58,00.

Parâmetro $Pr\acute{e}=\{(1+TaxaPr\acute{e})^{(N/252)}-1\}.$

3 São resgatáveis semestralmente e não serão conversíveis em qualquer outra espécie ou classe de ação de emissão da Valepar.

Data do resgate	<u>Quantidade</u>	Valor
5 de maio de 2015 5 de novembro de 2015	2.820.594 2.820.594	164 163
	5.641.188	327
Ativo circulante		327

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhões de reais

8 Ações preferenciais resgatáveis Classe C

A Companhia, com o objetivo de manter o percentual de participação e o controle acionário da Vale pela Valepar, emitiu 7.772.020 ações preferenciais resgatáveis Classe C com direito a dividendo fixo cumulativo, que foram subscritas em sua totalidade pelo acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI ao valor unitário de R\$ 193,00. O valor total da captação correspondeu ao montante de R\$ 1.500 que foram aportados, na mesma data, em sua controlada Litelb, sendo que essa última repassou esses recursos para Valepar, também na forma de ações preferenciais resgatáveis. As ações preferenciais resgatáveis Classe C tem como características principais:

(i) Conferem aos seus titulares todos os direitos atribuídos pelo estatuto social às ações ordinária da Companhia, com exceção do direito de voto.

Adicionalmente está assegurado o direito a voto nas ocasiões previstas em Lei.

(ii) Dividendos fixos cumulativos a serem pagos semestralmente, a partir do ano de 2009 (em maio e em novembro), correspondente a uma taxa pré-fixada de 16% a.a. O valor a ser pago em cada semestre será o valor em reais equivalente ao Parâmetro Pré (conforme definido abaixo) multiplicado por R\$ 193,00 e está limitado ao valor efetivamente recebido pela Companhia a título de dividendos fixos cumulativos a serem distribuídos pela controlada Litelb.

Parâmetro Pré={(1+TaxaPré)(N/252)-1}.

(iii) Serão resgatáveis semestralmente e não serão conversíveis em qualquer outra espécie ou classe de ação de emissão da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014, as ações preferenciais resgatáveis Classe C estão representadas como segue:

Data do resgate	Quantidade	<u>Valor</u>
5 de maio de 2015 5 de novembro de 2015	847.640 847.640	164 163
	1.695.280	327
Ativo circulante		327

- (iv) Na primeira vez em que a Companhia descumprir as obrigações de pagamento dos dividendos fixos cumulativos e/ou de resgate parcial das ações preferenciais resgatáveis da Classe C nos prazos e datas estabelecidas, o valor programado e não pago ou resgatado, apurado na data em que se configurou o respectivo descumprimento, será equivalente à "Taxa Pré" definida no item anterior, e acrescido de 2% ao ano, até a data do efetivo pagamento integral do valor programado e não pago ou resgatado. Caso o valor programado e não pago ou resgatado não seja pago ou resgatado integralmente até a próxima data de pagamento prevista no primeiro descumprimento, caracterizará um segundo descumprimento, pelo qual serão aplicadas as regras previstas no item abaixo.
- (v) A partir do segundo descumprimento, consecutivo ou não, em que a Companhia deixar de pagar os dividendos fixos cumulativos e/ou deixar de resgatar qualquer lote das ações preferenciais resgatáveis da Classe C nos prazos e datas previstos:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhões de reais

A "Taxa Pré", definida no item acima, de cada período subsequente a um período no qual não haja realização de um pagamento programado às "Ações Preferenciais Classe C", seja a título de dividendos fixos cumulativos ou de resgate, será majorado em 2% ao ano, aplicado para o período compreendido entre a data em que se configurou o segundo inadimplemento em questão e o seu pagamento integral.

O valor dos dividendos fixos cumulativos e/ou resgate não realizados na data programada será apurado na data em que se configurou o respectivo não pagamento.

A partir de então, e até o seu pagamento integral, corrigido pelo maior valor entre a "Taxa Pré" acrescida de 2% ao ano e a taxa de remuneração em reais equivalente ao rendimento anual médio do título de emissão da Vale vincendo em 2036 (cód. ISIN: US91911TAH68), rendimento este calculado sobre o período de observação de cinco dias úteis imediatamente anteriores à data em que o pagamento do dividendo fixo cumulativo e/ou resgate deveriam ter sido realizados, com base na cotação média fornecida por três bancos de primeira linha, acrescido de 2% ao ano.

Os valores a serem pagos às ações preferenciais Classe C, por força do disposto acima, constituirão um acréscimo ao dividendo fixo cumulativo a que fizerem jus os acionistas preferenciais dessa classe de ações.

(vi) Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 5 de maio de 2014 e 5 de novembro de 2014, foram aprovados os resgates parciais e as distribuições de dividendos fixos das ações preferenciais da Companhia. O acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI fez jus ao montante de R\$ 552 (R\$ 276 em cada aprovação, correspondentes ao total de 2.865.264 ações ao valor unitário de R\$ 193,00) relativo ao resgate das ações e R\$ 113 de dividendos fixos (R\$ 65 e R\$ 48, respectivamente, em maio e em novembro de 2014).

9 Tributos e contribuições a pagar

	Controladora		ora Consolida	
	2014	2013	2014	2013
IRPJ e CSLL PIS e COFINS incidentes sobre juros sobre o capital próprio IRRF incidentes sobre juros sobre o capital próprio	5 51 -	8 54 -	5 55 -	8 59 7
	56	62	60	74

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado, que compõe o patrimônio líquido para fins contábeis, em 31 de dezembro 2014 e de 2013 é composto por 275.514.349 ações, sendo 247.128.345 ações ordinárias, 730 ações preferenciais Classe A e 28.385.274 ações preferenciais classe B, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhões de reais

Os acionistas em 31 de dezembro 2014 e 2013 são os seguintes:

	Quantidade de ações							
Acionistas	ON	%	PNA	<u>%</u>	PNB	%	Total	<u>%</u>
Fundo de Investimento em Ações Banco do Brasil Carteira Ativa	193.740.121	78,40	103	14,11	28.385.274	100	222.125.498	80,62
Fundo de Investimento em Ações Carteira Ativa II	31.688.443	12,82	26	3,56	-	-	31.688.469	11,50
Fundo de Investimento em Ações Carteira Ativa III	19.115.620	7,74	15	2,05	-	-	19.115.635	6,94
Singular Fundo de Investimento em Ações	2.583.919	1,04	2	0,27	-	-	2.583.921	0,94
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI	22	-	146	20	-	-	168	-
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS	73	-	146	20	-	-	219	-
Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF	73	-	146	20	-	-	219	-
Fundação CESP	73	-	146	20	-	-	219	-
Conselheiros	1						1	
	247.128.345	100	730	100	28.385.274	100	275.514.349	100

b. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite fixado pela legislação societária de 20% do capital social. O saldo é de R\$ 1.421 e atingiu o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de lucros a realizar

Constituída em função de lucros existentes economicamente, mas não disponíveis financeiramente, oriundos dos ajustes do investimento pelo método da equivalência patrimonial. Essa reserva, no montante de R\$ 14.733, que poderá ser incorporada ao capital social ou distribuída como dividendos na medida em que os lucros forem realizados ou tornarem-se financeiramente disponíveis.

d. Distribuição de resultados

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a lei societária. O montante de passivos circulantes correspondentes aos dividendos a pagar representam obrigações da Companhia junto a seus acionistas. A Companhia delibera sobre o pagamento desses passivos com base no fluxo de dividendos que são recebidos da Valepar. A administração acredita que os dividendos adicionais a serem recebidos de Valepar no futuro, serão suficientes para quitar os dividendos em aberto, além dos dividendos mínimos obrigatórios gerados anualmente.

e. Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhões de reais

f. Dividendos e juros sobre capital próprio

Em 28 de abril de 2014, os diretores da Companhia autorizaram a liquidação financeira dos seguintes proventos:

- (i) Juros sobre o capital próprio remanescentes da distribuição deliberada na RCA realizada em 30 de junho de 2011, no valor de R\$ 8;
- (ii) Saldo parcial de juros sobre o capital próprio deliberados na RCA realizada em 30 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 83.

Em 30 de junho de 2014, o Conselho de Administração da Litel deliberou R\$ 607 (R\$ 2,20130453053 por ação) à título de Juros sobre o Capital Próprio, relativo a reversão parcial da reserva de lucros a realizar constituída em exercícios anteriores.

Em 05 de novembro de 2014, os diretores da Companhia autorizaram a liquidação financeira de parte dos juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 203:

Em 29 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração da Litel deliberou R\$ 598 (R\$ 2,171411406 por ação) à título de Juros sobre o Capital Próprio, relativo a reversão parcial da reserva de lucros a realizar constituída em exercícios anteriores.

A movimentação dos proventos a distribuir sobre as ações ON, PNA e PNB está composta da seguinte forma:

	Controladora e consolidado		
	2014	2013	
Saldo inicial	3.243	2.439	
Pagamentos efetuados Deliberações de JCP em contrapartida a reversão de	(294)	(84)	
reserva de lucros	1.205	888	
Saldo final	4.154	3.243	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhões de reais

11 Despesas operacionais e resultado financeiro

As despesas são demonstradas nos quadros como segue:

	Contro	ladora	Consolidado		
	2014	2013	2014	2013	
Despesas gerais e administrativas					
Serviços (Consultoria, infraestrutura e outros)	2	2	3	3	
Tributos e Contribuições	118	119	129	130	
Outras	1	1	1		
	121	122	133	133	
Despesas financeiras					
Ações resgatáveis- passivo	(100)	(155)	(100)	(155)	
Outras					
	(100)	(155)	(100)	(155)	
Receitas financeiras			_		
Aplicações financeiras	5	4	6	5	
Variações monetárias e cambiais	64	45	65	46	
Ações resgatáveis- ativo	100	155	100	155	
	169	204	<u>171</u>	206	
Resultado financeiro líquido	69	49	71	51	

12 Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e de outras naturezas. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela administração em conjunto com seus consultores jurídicos internos e externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possui processos considerados como de perda provável.

Os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras. A Litel é parte de um Procedimento Arbitral instaurado pela Elétron S.A. contra a Companhia e a Bradespar S.A., no qual a Elétron requer o direito de adquirir um número especifico de ações ordinárias da Valepar S.A., e ser indenizada por eventuais perdas e danos. Em sentença final durante o ano de 2011, o Tribunal Arbitral decidiu que a Bradespar e a Litel, de forma solidária estão obrigadas a proceder à venda de 37.500.000 ações ordinárias da Valepar S.A. à Elétron contra o pagamento de R\$ 632.007 corrigido pela UFIR-RJ, entre 12 de junho de 2007 e a data de seu efetivo pagamento, além de dividendos e juros sobre o capital próprio efetivamente pagos às ações objeto de transferência, a partir de 11 de junho de 2007, cujo montante, em 31 de dezembro de 2014, correspondia a aproximadamente R\$ 325, devidamente corrigidos pelo CDI desde a data de sua distribuição até a data de seu efetivo pagamento. A Litel, através de seus advogados, ingressou com ação anulatória contra a sentença parcial e outra ação anulatória contra a sentença final e os mesmos entendem que os prognósticos de êxito em ambas as ações anulatórias é possível e tais êxitos significariam a extinção das obrigações decorrentes de todo procedimento arbitral.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhões de reais

13 Partes relacionadas e remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia não tem quaisquer saldos e (ou) transações inseridas ou não inseridas no seu contexto operacional, bem como não possui quaisquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores, clientes ou financiadores com os quais a empresa mantém uma relação comercial.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não houve qualquer remuneração do pessoal-chave da administração, assim como nenhum outro tipo de benefício.

* * *

Dan Antônio Marinho Conrado – Diretor Presidente e de Relações com Investidores Gilmar Dalilo Cezar Wanderley- Diretor Financeiro Arthur Prado Silva – Diretor Administrativo Marcel Juviniano Barros – Diretor sem designação específica Márcio Mota de Oliveira Azevedo – Contador CRC RJ-071838/O-0